



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2016/SEMA/MT

PROCESSO Nº 421370/2015/SEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2016/SEMA

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DATA: 25/05/2016 – HORÁRIO 14h00min

LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro".

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE PAREDE DRY WALL, GESSO ACARTONADO, DIVISÓRIAS, PERSIANAS, ESTANTES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE", devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

UNIDADE DEMANDANTE: GERENTE DE AMBIENTE E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO/ COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO E COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	2
2. DO OBJETO	2
3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	3
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5. DO CREDENCIAMENTO	5
6. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS E SOCIEDADES COOPERATIVAS	6
7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	7
8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	9
9. DA HABILITAÇÃO	11
10. DOS RECURSOS	20
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
12. DO CONTRATO	21
13. DO PAGAMENTO	22
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
ANEXO I	29
ANEXO II	31
ANEXO III	32
ANEXO IV	33
ANEXO V	34
ANEXO VI	56

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2016/SEMA/MT

PROCESSO N.º 421370/2015

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, neste ato, representada por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato nº. 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designada pela Portaria nº 332/2015/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 16 de julho de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os Decretos Estaduais nº 7.217/06 e nº 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir do dia 13 de maio de 2016 até às 13:30h00 de 25 de maio de 2016. A abertura das propostas será realizada às 14:00 do dia 25 de maio de 2016 tendo como referência o horário de Cuiabá. A licitação será regida pelas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SEGES, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEGES - www.gestao.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE PAREDE DRY WALL, GESSO ACARTONADO, DIVISÓRIAS, PERSIANAS, ESTANTES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

3.1.1 As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

3.2 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

3.3 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

3.4 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

3.5 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A Sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

4.2 Poderão participar da sessão, qualquer empresa que cumpra as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão, sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.

4.3 A participação das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 *caput*, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumpram as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.4 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.5 **Não será admitida** nesta licitação a participação de empresas:

4.5.1 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.5.2 Que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

4.5.3 Que estejam **reunidas em consórcio** e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.5.4 Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.5.5 Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.7 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.8 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

4.9 O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.gestao.mt.gov.br.

4.10 Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro". **Em caso de dúvidas ligar para o "Help Desk" – Fone: (65) 3613-3606.**

4.11 A participação de licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

4.12 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto n. 7.218/2006**.

4.13 Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários (contrato social, certidões) à efetivação do cadastro, estão disponibilizados no site da SEGES, no menu **Fornecedores, "como se cadastrar"**.

4.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.15 A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.gestao.mt.gov.br, no link "Portal de Aquisições no menu Fornecedores – "Área do Licitante", mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu "Aquisições" clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

4.16 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

4.17 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 Os licitantes interessados em participar do certame deverão preencher eletronicamente o "Termo de Credenciamento" informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

5.2 Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá encaminhar ofício (modelo no site no link "Portal de Aquisições – "menu" Fornecedor – como se cadastrar), dirigido ao Cadastro Geral de Fornecedores/MT, a ser protocolado na Superintendência de Aquisições Governamentais ou via correio, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, informando os dados da empresa, no qual estejam

expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

5.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.7 Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606.

5.8 A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo IV**).

6. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

6.1 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas que desejarem obter os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverão solicitar o tratamento diferenciado declarando no Ato do **Credenciamento**, e no momento da **Habilitação** comprovar a situação.

6.1.1 A não apresentação dos documentos mencionados no item 6.1 configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

6.2 Após a fase de lances se configurará "empate ficto" quando houver proposta de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta de uma empresa comum.

6.3 A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

6.4 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4.1 Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no item 6.2, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 6.3, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.6 Para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

7.1 A Proposta de Preços deverá ser anexada e encaminhada via sistema eletrônico, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

7.1.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

7.1.2 O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES/MT.

7.2 Na Proposta serão consignados:

- a) Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal, ou no caso de pessoa física, CPF, e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b) Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c) Valor total do lote também deverá estar exposto por extenso;

- d) Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expresso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;
- f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;
- g) Prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.3 A proponente deverá apresentar proposta da totalidade do lote.

7.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

7.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 A Pregoeira poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

7.7 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.8 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.9 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.10 O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

7.11 Os licitantes convocados pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

7.12 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.13 A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser **anexada ao sistema** conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços) - Anexo "de propostas" e documentos de habilitação - (Anexo "da habilitação"). A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação do licitante.

7.14 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

7.15 Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante deverá constar na proposta, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

7.16 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

8.2 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.3 A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas, sendo acolhidas àquelas propostas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

8.3.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro acolherá as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances.

8.4 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.9 A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de **até trinta minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10 No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8.11 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.12 Como requisito para a celebração do **contrato**, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até **48 (quarenta e oito) horas** após encerramento da sessão.

8.13 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

8.14 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

8.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na

ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15.1 Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

8.17 A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro **em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir da finalização da sessão.

8.18 A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes deverão **anexar e enviar em lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais, ou cópias autenticadas, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro, no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas** do encerramento da sessão.

9.2 Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b)) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada devidamente registrado, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

c) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo II**);

d) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**)

e) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme **anexo II**);

e.1) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

f) As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, com renda bruta DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006 cadastradas no CGFMT, deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:

f.1) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

f.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

f.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme **Anexo III** deste Edital.

f.1.3) **DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.**

f.2) quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

f.2.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

f.2.1.1) **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;**

f.2.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo III** do Edital.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

g.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

g.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

h) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

9.3 As licitantes, EMPRESAS DE GRANDE PORTE, COOPERATIVA com renda bruta NÃO DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006, NÃO CADASTRADAS deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade:

9.3.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

b) Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

h) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

9.3.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;
 - b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;
 - d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

9.3.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;
- b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - b.1) **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;**

b.2) As demonstrações contábeis a serem apresentadas são as Demonstrações de Resultado de Exercício e a Demonstração de Lucros e Prejuízos, sendo para as:

b.2.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b.2.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a) Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou,
- b) Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b.2.3) Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

b.3) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b.3.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

- c) Certidão negativa de Falência e Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja**

reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.3.5 DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

c) Declaração de inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 8.666/93. (conforme modelo - **Anexo II**);

9.4 As MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SOCIEDADES COOPERATIVAS, COM RENDA BRUTA DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006 licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

9.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

a.1) **No caso de sociedades cooperativas**, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

9.4.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

- b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;
- d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

9.4.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação, **exceto** para as cooperativas de acordo com o que determina o artigo 4º da Lei nº. 5.764/71;

9.4.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.
- a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**
- a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o

Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

9.4.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.4.5.1 As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

9.4.5.2 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo II**).

9.4.5.3 No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que, nos termos da LC n.º 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

9.4.5.4 Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

9.4.5.5 Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

9.4.5.6 quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

9.4.5.6.1 Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

9.4.5.6.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/06, conforme **Anexo III** deste Edital.

9.4.5.6.3 **DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.**

9.4.5.7 quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

9.4.5.7.1 Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06;

9.4.5.7.1.1 **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status**

"Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

9.4.5.7.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo III** do Edital.

9.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

9.6 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.7 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

9.8 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

9.9 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por **lote**, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

9.10 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 As **petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato)**.

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

10.6 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

10.7 Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.3 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.3.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

12. DO CONTRATO

12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário terá o prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme minuta do **Anexo VI**. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito igualmente no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

12.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4 A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

12.5 DA EXECUÇÃO

12.5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.5.2. A execução do contrato será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contrato, com atribuições específicas;

12.5.3. A fiscalização exercida na entrega dos produtos não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

12.5.4 A entrega de, será sob demanda, em até **10 (dez) dias** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento,

a) Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo Contratado, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

b) Os serviços deverão ser prestados na sede da CONTRATANTE, na Rua C esquina com a Rua F S/N - Centro Político Administrativo - Secretaria do Estado de Meio Ambiente - Cuiabá-Mt, em horário comercial 08:00 às 12:00, e das 13:00 às 17:00, sendo os mesmos acompanhados pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário.

12.5.5 No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, o Contratante terá **10 (dez) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

12.6 Na hipótese de a empresa adjudicatária/contratada não atender a condição acima ou recusar a assinar o **Contrato e/ou retirar a Ordem de fornecimento**, bem como não apresentar justificativa porque não o fez, **decairá o direito à contratação**, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, nesse caso o Pregoeiro convocará o segundo licitante e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

12.7 Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

12.8 Demais obrigações constantes na Minuta de contrato **(ANEXO VI)**, e outras, conforme legislação vigente.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado após **o atesto do fiscal e pelo Gerente de Ambiente e Patrimônio Imobiliário**, na Nota Fiscal/Fatura, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

13.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com o, artigo 37, § 2º do Decreto nº 384 de 30/12/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006;

13.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

13.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

13.4 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na Gerência de Almoxarifado, para serem devidamente atestadas pelo Gerente de Ambiente e Patrimônio Imobiliário.

13.8 O pagamento efetuado à contratada/adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto ao atraso na retirada da **ordem de fornecimento**, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a contratada/adjudicatária **recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de fornecimento**, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

14.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 14.1.3.

14.5 A licitante, adjudicatária/contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/**ordem de fornecimento**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária/contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101
Programa: 393, 036
Projeto/Atividade: 3113, 2005
Região: 9900
Medida: 5, 4
Tarefa: 1
Natureza da despesa: 3390
Fonte: 369, 240
UG:02

15.2 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo**, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1 A anulação do procedimento induz a do contrato/da **ordem de serviço**.

16.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato/ **ordem de serviço**.

16.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

16.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 14.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

16.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a

exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato/ ordem de serviço.

16.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

16.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, ou ainda por meio do endereço eletrônico licitacao1@sema.mt.gov.br, endereçado à Comissão de Licitação da SEMA, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

16.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEGES (<https://aquisicoes.sad.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>), sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

16.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

16.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

16.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato/ ordem de serviço.

16.16 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

c) Anexo III – Declaração de Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP e Sociedade Cooperativa.

d) Anexo IV - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público



- e) Anexo V - Termos de Referência nº. 33/2016 e 142/2015 elaborado pelo setor demandante.
- g) Anexo VI – Minuta de Contrato.

Cuiabá, 12 de maio de 2016.

Valdinei Valério da Silva
Ondenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT



ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão nº 000/2016 DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE DIVISÓRIA NAVAL STANDARD. METRO QUADRADO.	169		
2	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE ARMÁRIO NAVAL STANDART. METRO QUADRADO.	32		
3	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE ESTANTE NAVAL STANDART, COM FORNECIMENTO DE CANTONEIRA L DE AÇO COR BRANCO. METRO QUADRADO.	26		
4	DIVISÓRIA NAVAL STANDARD, COM PAINEL EUCAPLAC 35 MM E PERFIL DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA. METRO QUADRADO.	615		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PAREDE DRY WALL/GESSO ACARTONADO 100 MM ACABADA COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	230		
6	SERVIÇO DE MONTAGEM E COLOCAÇÃO DE PORTAS DE DIVISÓRIAS NAVAL NA COR PADRÃO DO ORGÃO, COMPLETAS. UNIDADE	20		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE KIT PORTA COMPLETO EM PAREDE DRY WALL COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	10		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO/BANCADA STANDART COM 60 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO FUROS PASSA CABOS, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	140		
9	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ARMÁRIO NAVAL STANDART COM 50 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA E PRATELEIRAS COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO.	50		



10	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTANTE NAVAL STANDART COM 40 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO PRATELEIRAS COM FORNECIMENTO DO MATÉRIA NECESSÁRIO	50		
11	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PERSIANA VERTICAL COLEÇÃO BLACK OUT NATURA COM BANDO REVESTIDO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO.	270		
12	ESTAÇÃO DE TRABALHO/BANCADA STANDARD COM 80 CM DE PROFUNDIDADE 1,30 DE LARGURA E 0,75 DE ALTURA, CONTENDO FUROS PASSA CABOS, VIDROS NA PARTE SUPERIOR INCOLOR TEMPERADO, COM DIVISÕES ENTRE AS BANCADAS, INSTALADA. METRO LINEAR.	37		
13	PORTA COMPLETA EM DIVISÓRIA NAVAL STANDARD, INSTALADA. TAMANHO 0,80X2,10. UNIDADE.	1		
VALOR TOTAL:				R\$ _____

Obs. O valor estimado pela Secretaria de Estado de Gestão para esta aquisição é de R\$ 223.520,74 (duzentos e vinte e três mil quinhentos e vinte reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do Convênio ICMS nº 73/04 o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME/EPP/COOP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006) E SOCIEDADES COOPERATIVAS

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/SOCIEDADE COOPERATIVA, que na participação no PREGÃO Nº 000/2016/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.



9. Planilha Descritiva do Objeto:

9.1 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

Lote 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTDD SERV.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MÊSES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO
01	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de divisória naval standart	m²	Não	Sema Sede	150	18,00	-----	12	2.700,00
02	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de armário naval standart	m²	Não	Sema Sede	20	62,50	-----	12	1.250,00
03	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de Estante naval standart	m²	Não	Sema Sede	20	55,00	-----	12	1.100,00
TOTAL									5.050,00

9.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Serviço de instalação de divisória naval standart, com painel eucaplac 35 mm e perfil de aço galvanizado com fornecimento do material necessário	m²	Não	Sema Sede	600	61,00	36.600,00
02	Serviço de instalação de parede dry wall/gesso acartonado 100 mm acabada com fornecimento do material necessário	m²	Não	Sema Sede	230	103,40	23.782,00
03	Serviço de instalação de porta completa em divisória naval standart com fornecimento do material	m²	Não	Sema Sede	20	171,00	3.420,00
04	Serviço de instalação de kit porta completo em parede dry wall com fornecimento do material necessário	m²	Não	Sema Sede	10	834,00	8.340,00
05	Serviço de instalação de estação de trabalho/bancada standart com 60 cm de profundidade, contendo furos passa cabos, com	m²	Não	Sema Sede	140	215,00	30.100,00



	fornecimento do material necessário						
06	Serviço de instalação de armário naval standart com 50 cm de profundidade, contendo portas de abrir com fechadura e prateleiras com fornecimento do material necessário.	m²	Não	Sema Sede	50	300,00	15.000,00
07	Serviço de instalação de estante naval standart com 40 cm de profundidade, contendo prateleiras com fornecimento do matéria necessário	m³	Não	Sema Sede	50	258,00	12.900,00
08	Serviço de instalação de persiana vertical coleção Black out natura com bando revestido, com fornecimento do material necessário.	m²	Não	Sema Sede	270	112,40	30.348,00
TOTAL							160.490,00

10. Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada do serviço:
CONFORME ESPECIFICADO NOS ITENS 9.1 E 9.2.

10.1 Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado no SIAG?

☐ Sim.

☒ Não.

☐ Adesão à Ata de Registro de Preços.

11. Justificativa Técnica da aquisição:

Trata-se de aquisição de importância nas instituições no que tange a otimização de espaços para melhor acomodação dos servidores, equipamentos e mobília. Este procedimento está dentro do planejamento onde a dinâmica operacional de realocação de salas, recursos humanos e de materiais nas instituições é um fato. O serviço objetivado neste termo contribuirá sobremaneira para a amenização dos possíveis transtornos gerados neste processo.

12. Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

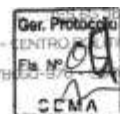
Esperamos com a aquisição dotar a SEMA/MT (sede) de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades, através de estrutura física adequada para o trabalho de seus funcionários e o atendimento ao público externo.

13. Público / Clientela Alvo:

Para atender a sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso

14. Requisitos para apresentação da proposta:

14.1 Conhecimento Prévio do objeto:



14.1.1 Necessita de vistoria?

- () Sim
(x) Não

14.1.2 Descrição dos detalhes da vistoria:

14.1.2.1 Como será realizada a vistoria (local etc)?

Não se aplica.

14.1.2.2 Em até quantos dias antes da data da licitação a vistoria deverá ser feita?

Não se aplica.

14.1.2.3 Qual profissional da SEMA acompanhará a vistoria?

Não se aplica.

14.1.2.4 Necessita de agendamento?

- () Sim
(x) Não

14.2 Perfil da Empresa a ser contratada:

Ampla conhecimento profissional técnico do objeto desta aquisição.

14.3 Perfil do Profissional a ser contratado:

A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório);

14.4 Materiais informativos e/ou amostra a serem apresentados pela empresa:

- () Folders / Catálogos / Portfólio
() Amostra do licitante vencedor
(x) Outro "Não se aplica".

14.4.1 - Critérios para avaliação da amostra:

"Não se aplica".

14.5 Plano de Trabalho/Projeto Básico:

14.5.1 Metodologia de acompanhamento da execução do(s) serviço(s) e/ou entrega do(s) material(is) pelo demandante:

Será designado, pela GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO-CAL da CONTRATANTE, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da CONTRATANTE ou terceiros ligados aos serviços.

14.5.2 Descrição do Projeto:

Não se aplica.

14.5.3 Metodologia de acompanhamento do objeto pelo fornecedor:



Não se aplica.

15. Entrega do bem e/ou realização do serviço:

15.1 Tipo / Prazo de Entrega:

- () Parcela única e imediata, em até XX dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para a conclusão da execução do(s) serviço(s), contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço;
- (X) Sob demanda, conforme a(s) necessidade(s) da Contratante, em até 10 dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução do(s) serviço(s), contados a partir do recebimento da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s)/Serviço(s);
- () Mensal, em até dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução dos serviços, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento(s)/Serviço(s);
- () Outro: Detalhar a(s) data(s)/prazo(s), conforme previsto no cronograma de execução, que deverá estar anexo ao Termo de Referência.

15.2 Local, horário e endereço de entrega do bem/realização do serviço:

15.2.1 Local da entrega:

- () Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).
- () Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).
- (X) Outro: Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário

15.2.2 Horário de entrega:

Horário Comercial das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

15.2.3 Endereço da entrega:

Rua C esquina com a Rua F S/N - Centro Político Administrativo - Secretaria do Estado do Meio Ambiente - Cuiabá-Mt.

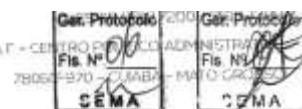
15.3 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

(X) Provisório: No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material/serviço com a especificação técnica. Assim, a unidade solicitante terá 10 dias para sua análise e, em aceitando o material/serviço, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

Havendo necessidade de correção(ões) e/ou substituição(ões) do objeto, esta(s) deverá(ão) ser feita(s), pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de 15 dias úteis, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

() Definitivo: Após a verificação de que a qualidade/quantidade do objeto estão de acordo com as especificações técnicas e a proposta apresentada, a unidade solicitante deverá dar a conformidade definitiva emitindo um termo de recebimento definitivo do objeto.

Se, mesmo após o recebimento definitivo do objeto, a qualidade ou características do bem/material/serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no Termo de



Referência, a(s) correção(ões) e/ou substituição(ões) necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até dias úteis, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais, nos termos do art. 69 da lei 8.666/93.

16. Vigência do contrato:

☒ ☐ 12 meses, a partir da assinatura do contrato, para os casos de bem/material e ou prestação de serviços **não contínuos**.

☐ ☐ meses, a partir da assinatura do contrato, para os casos de serviços a serem executados **de forma contínua**, que poderão ter sua duração prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

☐ ☐ meses, a partir da assinatura do contrato, para os casos de bem/material e prestação de serviços não contínuos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo final do suporte/assistência técnica vinculados à garantia do produto, sem desembolso financeiro para a Contratante.

☐ ☐ Não se aplica, tendo em vista se tratar de entrega imediata de bem/material ou serviço, formalizado por meio de instrumento equivalente (Ordem de fornecimento/serviço) que não o contrato, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

17. Condições e forma de pagamento/cronograma financeiro:

17.1 Condições e forma de pagamento:

☐ ☐ Em parcelas, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;

☐ ☐ Parcela única, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;

☒ ☐ Sob demanda, conforme for ocorrendo a entrega do objeto.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a entrega total/parcial do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato/objeto **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário**, devendo, ainda, estar acompanhada dos documentos de regularidade exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

17.2 Cronograma financeiro

CRONOGRAMA FINANCEIRO		
Previsão de realização de despesas e de desembolso financeiro		
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Outubro/2015	Novembro/2015	R\$ 13.795,00
Novembro/2015	Dezembro/2015	R\$ 13.795,00
Dezembro/2015	Janeiro/2016	R\$ 13.795,00
Janeiro/2016	Fevereiro/2016	R\$ 13.795,00
Fevereiro/2016	Março/2016	R\$ 13.795,00
Março/2016	Abril/2016	R\$ 13.795,00
Abril/2016	Maior/2016	R\$ 13.795,00



Maio/2016	Junho/2016	R\$ 13.795,00
Junho/2016	Julho/2016	R\$ 13.795,00
Julho/2016	Agosto/2016	R\$ 13.795,00
Agosto 2016	Setembro 2016	R\$ 13.795,00
Setembro 2016	Outubro 2016	R\$ 13.795,00
TOTAL		R\$ 165.540,00

18. Obrigações das partes:

18.1 Da Contratante:

- Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas;
- Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos e/ou serviços;
- Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos e/ou serviços.
- A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;
- Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da **CONTRATADA** possa executar o controle dos serviços;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;
- Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;
- Permitir o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, desde que observadas as normas de segurança;
- Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;
- Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados;
- Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;
- A **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO-CAL** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital;
- Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

18.2 Da Contratada:

- Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
- A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução do serviço, objeto do presente contrato,



em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante da **CONTRATANTE**;

- Os serviços a serem contratados deverão atender todas exigências contidas neste Termo de Referência;
- Os serviços constituem-se instalação, manutenção, limpeza, remanejamento (desmontagem e montagem) de paredes Dry Wall – Gesso acartonado, divisórias, persianas, pisos, vidros, armários, estantes, forro de fibra mineral, forro PVC, persianas verticais e horizontais, incluindo o fornecimento de materiais necessários;
- Os serviços serão executados conforme demandados, sendo comunicado para a **CONTRATADA** por meio de Ordem de Serviço e aprovado através dos meios de contato estipulados pela fiscalização;
- A **CONTRATADA** fornecerá os equipamentos, os materiais, a mão-de-obra, o transporte de materiais, insumos, equipes e os custos com terceiros, necessários à plena execução dos serviços;
- Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou global constante da proposta da **CONTRATADA**;
- Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a execução do mesmo com acréscimo de novos serviços;
- A equipe técnica da **CONTRATADA** responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços;
- A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por quaisquer danos provocados no decorrer dos serviços ou em consequência destes, arcando com os prejuízos que possam ocorrer com o reparo desses danos;
- Caso qualquer serviço realizado não seja aceito, em função de má qualidade, o mesmo deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, sem cobrança do custo de refazimento;
- Deverão ser seguidas as normas da **CONTRATANTE** para controle de acesso e de retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade da **CONTRATADA**;
- Caberá a **CONTRATADA** obter todas e quaisquer informações junto à fiscalização, necessária a boa execução dos serviços;
- Efetuar os serviços em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela **CONTRATANTE**, em estrita observância das especificações contidas no Termo de Referência, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12,13,18,20 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990);
- O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da **CONTRATANTE**, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto do presente contrato;
- Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- Realizar os trabalhos de forma a interferir o mínimo possível na rotina normal dos outros serviços da obra;
- Em caso comprovado de algum dano material na obra decorrente de serviço inadequado, arcar com o devido ressarcimento a **CONTRATANTE**;
- A transportar o material até o local de execução a suas expensas;
- A armazenar no local da obra, o material a ser empregado de modo adequado até o final de execução;
- Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;
- Fornecer todos EPIs (Equipamentos de Proteção) a seus funcionários conforme a lei vigente;
- Se responsabilizar por qualquer dano a terceiros ou a seus funcionários decorrentes de serviço inadequado.

19. Das Garantias:

19.1 – Garantia do objeto

Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.

Caso haja necessidade de garantia com prazo superior à legal, informar abaixo:

() Outro: Especificar:

19.2 – Contratual (Facultativa)

(☒) Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.

() Não se aplica.

20. Das Sanções Administrativas:

20.1 . Sem prejuízo das sanções previstas na Lei 10.520/02 e, no que couber, na Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, aplicar à licitante as seguintes penalidades:

20.1.1 . Pelo atraso ou recusa imotivada em assinar a Ata de Registro de Preços, ou ainda pela inexecução parcial ou total das cláusulas editalícias, a licitante poderá incorrer em:

- a) Advertência por escrito, sempre que verificadas irregularidades de pequena monta;
- b) Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;



- c) Multa de até 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;
- d) Multa de até 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total;
- e) Para os casos de multas não previstas neste Edital, aplicar-se-á o valor de 2% (dois por cento) sobre o valor empenhado;
- f) Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias;
- g) Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- g1) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;
- g2) todo o fornecimento não for aceito pela fiscalização por não atender às especificações.

20.2 . Na hipótese de apresentação de documento inverossímil, cometimento de fraude ou de comportamento inidôneo, a adjudicatária, sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

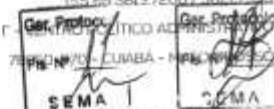
- a) Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público por até 02 (dois) anos;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante ao Ministério Público, depois de ressarcido dos prejuízos causados;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se a licitante ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso consignado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

20.3. A multa eventualmente imposta à adjudicatária será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso não tenha valor a receber da Procuradoria Geral de Justiça, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação, para que efetue o pagamento ou apresente defesa. Não realizando o pagamento ou não apresentado defesa no prazo devido, os dados da adjudicatária serão encaminhados ao Órgão competente para proceder a inscrição da mesma na Dívida Ativa do Estado;

20.4 As multas e sanções previstas neste Edital não eximem a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração;







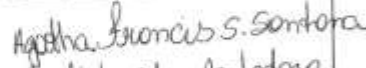

20.5 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará isento das penalidades mencionadas.

21. Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:
"Conforme legislação vigente".



22. Considerações (se houver):

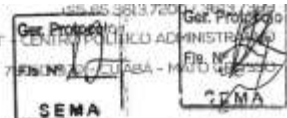
Cuiabá/MT, 18 de agosto de 2015.

<p> Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela elaboração do TR Data: 18 / 08 / 2015.</p>	<p> Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela especificação técnica Data: 18 / 08 / 2015.</p>										
<p> Maurílio Carlos de Sá Costa Gerente da unidade Data: 18 / 08 / 2015.</p>	<p> Alessandra Moreira Itacaramby Analista Administrativo SEMA/MT Coordenadoria Data: 18 / 08 / 2015.</p>										
<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não Possui Orçamentário</td> </tr> </table> <p> Técnico COR Data: ____ / ____ / 2015.</p> <p>Gerência de Execução Orçamentária Data: ____ / ____ / 2015.</p> <p> Fátima Aparecida de Carvalho Coordenadora de Orçamento Data: 19 / 08 / 2015.</p>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input checked="" type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Financeiro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Financeiro</td> </tr> </table> <p>Coordenadoria Financeira Data: 28 / 08 / 2015.</p> <p> Agatha Brunius S. Santora Analista Adm. Coordenadora Coordenadoria Financeira.</p> <p> Alex Sandro Antonio Marinho Coordenador de Despesa SEMA</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input checked="" type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.
<input type="checkbox"/>	Não autorizado
<input type="checkbox"/>	Aguarde

Ordenador de Despesa

Data: 30/09/2015.

Ramal do responsável pela elaboração do TR: 7231

Anexo I



1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 033/2016				
2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:				
2.1 Nome do Projeto: Progestão				
2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: 087/ANA/2013				
2.3 Meta / Etapa: Não se aplica				
2.4 Componente / Ação: 4317				
2.5 SICONV: (X) NÃO () SIM				
3. Informações Orçamentárias:			4. Unidade demandante:	
3.1 Programa: 323			Coordenadoria de Apoio	
3.2 Função: 02			Logístico/Coordenadoria de Recursos	
3.3 Unidade Orçamentária: 27101			Hídricos	
3.4 Subfunção: 544			5. Fiscal do Contrato:	
3.5 Medida: 3			5.1 Fiscal Titular: Leandro Maraschin	
3.6 Tarefa: 4			5.2 Fiscal Substituto: Maurílio Carlos de Sá Costa	
6. Informações financeiras:				
Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)
3113	369	9900	33903900	1.632,00
3113	369	9900	44905200	16.745,00
Custo Estimado para 2016				18.377,00
Custo Estimado para 2017				-----
Custo Estimado Total				18.377,00
6.1 Origem do recurso:				
(X) Não se aplica.				
() Recurso de Repasse				
() Recurso de Contrapartida				
() Recurso de Rendimento de Aplicação				
7. Objeto Sintético:				
Contratação de empresa especializada em serviço de instalação, remanejamento (desmontagem e montagem) de divisórias, estantes, instalação de bancadas/estação de trabalho e instalação de porta em divisórias, incluindo o fornecimento do material necessário para atender a Superintendência de Recursos Hídricos.				
7.1 Especificação detalhada do objeto:				
(X) Não se aplica.				
() Descrição: especificar.				
8. Planilha Descritiva do Objeto:				
8.1 Os campos abaixo serão preenchidos <u>SOMENTE</u> em caso de Prestação de SERVIÇOS:				

Maurílio Carlos de Sá Costa
Superintendente de Recursos Hídricos



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND. DE MEDIDA	COD. SIAG	QTDD SERV	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	QTDD MESES	VALOR TOTAL
01	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de divisória naval standard	m²	106 441 0	19	18,00	342,00		342,00
02	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de armário naval standard	m²	106 441 1	12	75,00	900,00		900,00
03	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de Estante naval standard, com fornecimento de cantoneira L de aço cor branco.	m²	106 441 2	6	65,00	390,00		390,00
TOTAL GERAL								1632,00

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos **SOMENTE** em caso de **MATERIAIS**:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Estação de trabalho/bancada standard com 80 cm de profundidade 1,30 de largura e 0,75 de altura, contendo furos passa cabos, vidros na parte superior incolor temperado, com divisões entre as bancadas, instalada.	M Linear	106435 8	37	415,00	15.355,00
2	Divisória naval standard, com painel eucaploc 35 mm e perfil de aço galvanizado, instalada.	m²	106435 9	15	78,00	1170,00
3	Porta completa em divisória naval standard, instalada. Tamanho 0,80x2,10.	UN	106436 0	1	220,00	220,00
TOTAL GERAL						16.745,00

9. Justificativa Técnica da Aquisição

A aquisição se faz necessária para a reorganização (realocação) da Superintendência de Recursos Hídricos, na intenção de otimizar os espaços para melhor acomodação dos servidores, equipamentos e mobiliário, bem como matérias de trabalho.

10. Resultados Esperados:



Esperamos com a aquisição dotar a Superintendência de Recursos Hídricos SEMA/MT (sede) de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades, através de estrutura física adequada para o trabalho de seus funcionários e o atendimento ao público externo.

11. Público Alvo:

Para atender a sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso/Superintendência de Recursos Hídricos.

12. Requisitos para apresentação da proposta:

12.1 O licitante deverá apresentar folder/catálogo/portfólio do produto? () Sim (X) Não

12.1 É preciso fazer vistoria? () Sim (X) Não

12.2 Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratado:

A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório).

13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

13.1 Tipo de Entrega:

- (X) Parcela única
() Parcelada, conforme cronograma
() Sob demanda
() Mensal

13.2 Prazo de entrega:

13.2.1 Da emissão da ordem de fornecimento:

- () A Ordem de Serviço será emitida em até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.
() Conforme a necessidade, em caso de ser sob demanda.
(X) Após a emissão do empenho, em caso de ser entrega em parcela única.

13.2.2 Da entrega dos produtos:

- () Os produtos deverão ser entregues em até () dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.
(X) Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.
() Os produtos/serviços deverão ser entregues, após emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme cronograma de execução.

13.3 Local, horário e endereço de entrega do bem/execução do serviço:

13.3.1 Local da entrega:

- () Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).
() Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).
(X) Outro: Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário / Gerência de Patrimônio Mobiliário.



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

+55 65 3613.7200 / 3613.7399
RUA C - ESQUINA COM RUA F - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA
78049-913 - CUIABÁ - MATO GROSSO



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

<p>13.3.2 Horário de entrega: Das 08:00 as 17:00 horas</p> <p>13.3.3 Endereço da entrega: Rua C esquina com Rua F s/n - Centro Político Administrativo - CEP 78049-913.</p> <p>13.4 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) - art. 73 e 74 da lei 8.666/93 Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias para a correção e será feito novo recebimento provisório; Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 05 (cinco) dias.</p> <p>13.5. Metodologia de acompanhamento: Não se aplica.</p>
<p>14. Vigência do contrato: () (-----) meses. (X) Não se aplica.</p>
<p>15. Forma de pagamento: (X) Parcela única. () Mensal. () Em ____ parcelas. () Sob demanda.</p>
<p>16. Obrigações específicas do objeto:</p> <p>16.1 Da Contratante: () Sim, especificar. (X) Não.</p> <p>16.2 Da Contratada: () Sim, especificar. (X) Não.</p>
<p>17. Das Garantias específicas do objeto: () Sim, especificar. Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93. (X) Não.</p>
<p>18. Das Sanções Administrativas específicas do objeto: () Sim, Conforme legislação vigente. (X) Não.</p>
<p>19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver: () Sim, especificar. (X) Não.</p>
<p>20. Considerações (se houver): Não se aplica.</p>

Cuiabá/MT, 16/03/2016.



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

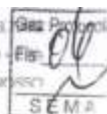
WWW.MT.GOV.BR

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DE
MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

+55 65 3613.7200 / 3613.7399
RUA C - ESQUINA COM RUA F - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA
78049-913 - CUIABÁ - MATO GROSSO



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

<p><i>[Signature]</i> Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela elaboração do TR Setor</p> <p>Data: 16/03/2016.</p>	<p><i>[Signature]</i> Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela especificação técnica Setor</p> <p>Data: 16/03/2016.</p>												
<p><i>[Signature]</i> Maurílio Carlos de Sá Costa Gerente da Unidade Setor</p> <p>Data: 16/03/2016.</p>	<p><i>[Signature]</i> Alexandre Moreira Macaramby Coordenador de Suprimentos SEMA/MT Setor</p> <p>Data: 16/03/2016.</p>												
<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não Possui Orçamentário</td> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><i>Suplementação</i></td> </tr> </table> <p>Técnico COR Data: 30/03/2016.</p> <p><i>[Signature]</i> José Agnelo Ribeiro Neto Gerente de Execução Orçamentária SEMA/MT</p> <p><i>[Signature]</i> Coordenador de Orçamento Data: 30/03/2016.</p>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<input checked="" type="checkbox"/>	<i>Suplementação</i>	<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Financeiro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Financeiro</td> </tr> </table> <p>(X) Registrado na Programação Financeira</p> <p>Coordenadoria Financeira Data: 04/04/2016.</p> <p><i>[Signature]</i> Agostinho Francisco de Santana Assistente Administrativo - Contador Coordenadoria Financeira SEMA/MT</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA												
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação												
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário												
<input checked="" type="checkbox"/>	<i>Suplementação</i>												
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro												
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro												
<table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não autorizado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Aguarde</td> </tr> </table> <p><i>[Signature]</i> Ordenador de Despesa Data: 04/04/2016.</p> <p><i>[Signature]</i> Valério da Silva Secretário Adjunto de Administração SEMA/SEMA</p> <p>Ramal do responsável pela elaboração do TR: 7250 (GAPI)</p>		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde						
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.												
<input type="checkbox"/>	Não autorizado												
<input type="checkbox"/>	Aguarde												



Os layouts apresentados nas páginas anteriores, devem ser assim descritos:

Layout página 07 – Indica como ficará todo espaço ocupado pela Superintendência de Recursos Hídricos, com a instalação, remanejamento de divisórias e estantes e a instalação das estações de trabalho. Com fornecimento de todo material necessário.

Layout página 08 – Demonstra layout da parte superior da SURH onde se localiza a sala do superintendente e coordenadoria, já com as adequações na instalação, remanejamento de divisórias e estantes e a instalação das estações de trabalho. Com fornecimento de todo material necessário.

Layout página 09 – Demonstra layout da parte inferior da SURH, Outorga, já com as adequações na instalação, remanejamento de divisórias e estantes e a instalação das estações de trabalho. Com fornecimento de todo material necessário.

Planta página 10 – Indica o modelo e as medidas das estações de trabalho a serem feitas em todos os lados da bancada.


Maurício Carlos da Sá Costa
Agente Desenvolvimento
Econômico Social
SEMA - MT



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

*TERMO DE CONTRATO Nº.
_____/2016/SEMA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E A EMPRESA*

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pela Secretário de Estado de Meio Ambiente, _____, brasileira, casada, portadora do RG nº. _____ - SSP/ _____ e do CPF nº. _____, nomeada pelo Ato Governamental n.º _____ de _____, nomeada pelo Ato Governamental n.º _____ de _____, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada a _____, telefone: _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) do RG: _____ e do CPF: _____, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 421370/2015/SEMA**, com o **Pregão Eletrônico n.º 000/2016/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE PAREDE DRY WALL, GESSO ACARTONADO, DIVISÓRIAS, PERSIANAS, ESTANTES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Edital de Pregão Eletrônico n.º 000/2016/SEMA/MT** e seus anexos, no Termo de Referência nº. 33/2016 e 142/2015, que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n.º 000/2016/SEMA/MT, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE DIVISÓRIA NAVAL STANDARD. METRO QUADRADO.	169		
2	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE ARMÁRIO NAVAL STANDART. METRO QUADRADO.	32		
3	SERVIÇO DE REMANEJAMENTO (DESMONTAGEM E MONTAGEM) DE ESTANTE NAVAL STANDART, COM FORNECIMENTO DE CANTONEIRA L DE AÇO COR BRANCO. METRO QUADRADO.	26		
4	DIVISÓRIA NAVAL STANDARD, COM PAINEL EUCAPLAC 35 MM E PERFIL DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA. METRO QUADRADO.	615		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PAREDE DRY WALL/GESSO ACARTONADO 100 MM ACABADA COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	230		
6	SERVIÇO DE MONTAGEM E COLOCAÇÃO DE PORTAS DE DIVISÓRIAS NAVAL NA COR PADRÃO DO ORGÃO, COMPLETAS.UNIDADE	20		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE KIT PORTA COMPLETO EM PAREDE DRY WALL COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	10		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO/BANCADA STANDART COM 60 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO FUROS PASSA CABOS, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	140		
9	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ARMÁRIO NAVAL STANDART COM 50 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA E PRATELEIRAS COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO.	50		
10	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTANTE NAVAL STANDART COM 40 CM DE PROFUNDIDADE, CONTENDO PRATELEIRAS COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO	50		
11	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PERSIANA VERTICAL COLEÇÃO BLACK OUT NATURA COM BANDO REVESTIDO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO.	270		
12	ESTAÇÃO DE TRABALHO/BANCADA STANDARD COM 80 CM DE PROFUNDIDADE 1,30 DE	37		

	LARGURA E 0,75 DE ALTURA, CONTENDO FUROS PASSA CABOS, VIDROS NA PARTE SUPERIOR INCOLOR TEMPERADO, COM DIVISÕES ENTRE AS BANCADAS, INSTALADA. METRO LINEAR.			
13	PORTA COMPLETA EM DIVISÓRIA NAVAL STANDARD, INSTALADA. TAMANHO 0,80X2,10. UNIDADE.	1		
VALOR TOTAL:				R\$ _____

2.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto ora contratado, o valor total de R\$ _____ (_____), sob demanda, mediante Ordem de Serviço emitida pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário da CONTRATANTE;

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993:

3.1.1 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA poderá solicitar o reajuste dos preços ou reequilíbrio econômico e financeiro para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

3.1.2 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da CONTRATADA e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

3.1.3 Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados no valor de mercado, após a análise contábil e jurídica e à autoridade competente da contratante a decisão sobre o pedido.

3.1.4 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

3.2 Do Reajuste

3.2.1 Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de

Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0) \times P}{I_0}$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

3.2.2 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

3.2.3 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão do direito.

3.2.4 A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

3.3 Do reequilíbrio econômico-financeiro

3.3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.3.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2 A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução do serviço, objeto do presente contrato, **em até 10 (dez) dias** a contar do recebimento da Ordem de serviço emitida pelo setor demandante da **CONTRATANTE**;

4.3 Os serviços a serem contratados deverão atender todas exigências contidas neste Termo;

4.4 Os serviços constituem-se instalação, manutenção, limpeza, remanejamento (desmontagem e montagem) de paredes Dry Wall – Gesso acartonado, divisórias, persianas, pisos, vidros, armários, estantes, forro de vibra mineral, forro PVC, persianas verticais e horizontais, incluindo o fornecimento de materiais necessários;

4.5 Os serviços serão executados conforme demandados, sendo comunicado para a **CONTRATADA** por meio de Ordem de Serviço e aprovado através dos meios de contato estipulados pela fiscalização;

4.6 A **CONTRATADA** fornecerá os equipamentos, os materiais, a mão-de-obra, o transporte de materiais, insumos, equipes e os custos com terceiros, necessários à plena execução dos serviços;

4.7 Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou global constante da proposta da **CONTRATADA**;

4.8 Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo contratante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a execução do mesmo com acréscimo de novos serviços;

4.9 A equipe técnica da **CONTRATADA** responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços;

4.10 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por quaisquer danos provocados no decorrer dos serviços ou em consequência destes, arcando com os prejuízos que possam ocorrer com o reparo desses danos;

4.11 Caso qualquer serviço realizado não seja aceito, em função de má qualidade, o mesmo deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, sem cobrança do custo de refazimento;

4.12 Deverão ser seguidas as normas da **CONTRATANTE** para controle de acesso e de retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade da **CONTRATADA**;

4.13 Caberá a **CONTRATADA** obter todas e quaisquer informações junto à fiscalização, necessária a boa execução dos serviços;

4.14 Efetuar os serviços em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela **CONTRATANTE**, em estrita observância das especificações contidas no Termo de Referência, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

4.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12,13,18,20 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990);

4.16 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da **CONTRATANTE**, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos;

4.17 Atender prontamente a quaisquer exigências da **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto do presente contrato;

4.18 Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.19 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.20 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

4.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.22 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descolamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.23 Realizar os trabalhos de forma a interferir o mínimo possível na rotina normal dos outros serviços da obra;

4.24 Em caso comprovado de algum dano material na obra decorrente de serviço inadequado, arcar com o devido ressarcimento a **CONTRATANTE**;

4.25 Transportar o material até o local de execução a suas expensas;

4.26 Armazenar no local da obra, o material a ser empregado de modo adequado até o final de execução;

4.27 Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

4.28 Fornecer todos EPIs (Equipamentos de Proteção) a seus funcionários conforme a lei vigente;

4.29 Se responsabilizar por qualquer dano a terceiros ou a seus funcionários decorrentes de serviço inadequado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Após a verificação de que os serviços estão de acordo com as especificações técnicas e a proposta apresentada, a unidade solicitante deverá dar a conformidade definitiva emitindo um termo de recebimento definitivo do objeto.

5.1.1 No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, o Contratante terá **10 (dez) dias** para sua análise e, aceitando o material, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

5.2. Se a qualidade ou características do serviço entregue não corresponder às especificações exigidas no Edital, bem como neste contrato, as substituições deverão ser feitas, no prazo máximo de até, 15 (quinze) dias úteis independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

5.3. A **CONTRATADA** deverá prestar o serviço contratado na **sede da CONTRATANTE**, e deverá ser acompanhada pelo fiscal do contrato.

5.4 Caso a conformidade não puder ocorrer dentro do prazo fixado, o **CONTRATANTE** deverá comunicar formalmente ao fornecedor a prorrogação do prazo até o penúltimo dia do prazo estabelecido.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local em que deverão ser entregues os produtos e/ou serviços; e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2 Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas;

6.3 Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos e/ou serviços.

6.4 A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

6.5 Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da **CONTRATADA** possa executar o controle dos serviços;

6.6 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

6.7 Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

6.8 Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

6.9 Permitir o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, desde que observadas as normas de segurança;

6.10 Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;

6.11 Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados;

6.12 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

6.13 A **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMONIO IMOBILIARIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital;

6.14 Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

7. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme definido na subcláusula 2.2 deste contrato, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato designado pela **CONTRATANTE**, em consonância com o objeto do Edital;

7.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA** na data fixada de acordo com o, artigo 37, § 2º do Decreto nº 384 de

30/12/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006;

7.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado, período de execução e dados da ordem de fornecimento/serviço, conforme o caso.

7.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

7.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Certidão Negativa de Débito do FGTS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

7.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

7.6. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, e deverão ser entregues na **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário – SEMA/MT** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato;

7.8 O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

8. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade:
Natureza de Despesa:
Fonte de Recurso:

8.2. As despesas decorrentes do objeto contratado, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **CONTRATANTE**.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, comprovante de garantia, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93;

9.1.1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

9.2. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

9.2.1. A autorização contida no item 9.2 é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

9.3. Poderá a **CONTRATANTE** descontar da garantia importância a qualquer título devida pela **CONTRATADA**, obrigando-se esta a completá-la em 10 (dez) dias, e, em não o fazendo, os valores correspondentes serão descontados das faturas que tenha a receber;

9.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital, bem como, deste contrato, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor total do contrato, na forma seguinte:

12.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de serviço, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com o objeto contratado, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da contratação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.1.3. Se a **CONTRATADA** recusar-se a retirar a Nota de Empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor contratado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

12.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

12.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços previstos no contrato;

12.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução dos serviços ou de suas parcelas;

12.3.3. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

12.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

12.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

12.3.6. Prestação de serviço de baixa qualidade;

12.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na subcláusula 12.1.3.

12.5. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.6. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

12.7. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.8. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMONIO IMOBILIARIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL da CONTRATANTE, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da CONTRATANTE ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.4. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial a execução do serviço;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO



16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2016.

Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____